

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

O QUE HÁ POR TRÁS DOS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM?  
Por que as crianças fracassam?

SEBASTIANA MARIA PEREIRA GUSMÃO

RIO DE JANEIRO  
2004

Sebastiana Maria Pereira Gusmão

O QUE HÁ POR TRÁS DOS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM ?  
Por que as crianças fracassam?

Monografia apresentada à escola de educação da  
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO como requisito  
para obtenção de aprovação da disciplina de Monografia II

|| 2

RIO DE JANEIRO  
2004

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA  
CURSO DE PEDAGOGIA  
SEBASTIANA MARIA PEREIRA GUSMÃO

O QUE HÁ POR TRÁS DOS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM ?  
Por que as crianças fracassam?

Trabalho apresentado à disciplina Monografia II,  
como requisito de avaliação orientado pelo professora Dayse Hora.

RIO DE JANEIRO  
2004

DEDICATÓRIA:

“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito... Não somos o que deveríamos ser, não somos o que iremos ser; Mas, graças a Deus, não somos o que éramos”

Martin Luther King

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que acreditou em mim, me acompanhando e guiando nessa caminhada.

Aos meus pais Guacira Xavier Pereira e Carlos Alberto Gusmão, pelo apoio em todos os momentos ao longo da minha vida.

Ao meu amado Fabbio pelo incentivo e pela eterna paciência nas minhas ausências

À professora Dayse Hora, orientadora desta monografia que, com competência e experiência, me auxiliou na realização deste trabalho.

Aos professores do curso de graduação da UNIRIO pelo trabalho em conjunto que possibilitaram ensinamentos inesquecíveis e debates enriquecedores.

As escolas por onde passei, aos educadores que conheci, aos amigos com que troquei e crianças que me ensinaram e me possibilitaram aprender.

EPÍGRAFE

As pessoas não fracassam, param de tentar.

Bud Boyd

## RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar o que há por trás dos problemas de aprendizagem, focando seu olhar nas crianças e buscando entender porque elas fracassam. Para tal, foi feito um estudo teórico investigativo sustentado pelos conhecimentos da psicologia, sociologia, biologia, história e tantas outras áreas do conhecimento, existentes no campo social. Foram obtidas consideráveis informações que permitiram analisar o entendimento dessas diferentes correntes, verificou-se ainda que apesar das informações existentes sobre o tema, ainda há um despreparo na classe docente para lidar com esse assunto. Conclui-se apresentando sugestões que visam melhorar a participação deste profissional em sala de aula.

**PALAVRA CHAVE:** fracasso escolar, evasão, sucesso escolar, criança

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	Pág 01
1.0 - Uma Breve Contextualização Histórica .....	Pág 02
2.0 - Preconceitos no cotidiano escolar – Ensino e medicalização.....	Pág 03
2.1 - Sociologização .....	Pág 06
2.2 - Psicologização.....	Pág 12
2.3 - Discurso psicológico e práticas pedagógicas.....	Pág 13
3.0 - O fracasso escolar hoje. Velhos problemas, novos olhares.....	Pág 18
4.0 - CONCLUSÕES.....	Pág 21
BIBLIOGRAFIA.....	Pág 25

---



## INTRODUÇÃO

Este trabalho não tem a pretensão de ser nenhum tratado científico sobre o tema da aprendizagem, mas apenas se forja no desejo de levantar algumas considerações sobre o ato de aprender e suas articulações com o ato de ensinar, apresentando algumas considerações a partir de uma perspectiva construtivista acerca dos estudos do fracasso/sucesso escolar.

A necessidade de abordar esse tema surgiu, precisamente, no ano de 2001, quando fui auxiliar de turma da escola Sá Pereira. Passados os momentos angustiantes do primeiro emprego na área de educação, pude notar que com frequência ouvia-se falar nas “dificuldades de aprendizagem<sup>m</sup>” e nos pedidos constantes de acompanhamentos médicos e psicológicos para as crianças. Com assiduidade as crianças eram rotuladas como inseguras, imaturas, defasadas e donas de produções bastante pobres para a idade. No início acreditava nesta defasagem da criança, mas, com o passar do tempo comecei a observar que muitas “teorias” se fazem presentes nas escolas (principalmente as particulares).

Desta experiência amadureceu o desejo de realizar esta pesquisa que se intensificou ainda mais quando, ao refletir em minhas lembranças de trajetória escolar, os diferentes estigmas que sofri e as incansáveis buscas por respostas medicalizantes que confirmassem as suspeitas levantadas pelos educadores: infinitas solicitações de exames específicos, com destaque para o eletroencefalograma, eletrocardiograma, fonoaudióloga e audiometria (exame de surdez). Tudo isso para diminuir ou retirar a responsabilidade de todos no meu processo de aprendizagem, tentando encontrar respostas mirabolantes para o meu precário rendimento escolar. Collares relata que “*localizar o fracasso, o problema, o “mal” na criança significa perpetuar a situação, pela culpabilização da vítima.*” (RYAN, *apud* COLLARES E MOISÉS, 1992, p.25)

Atualmente, percebemos que os profissionais de educação parecem se sentir pouco à vontade para lidar com esse assunto. Eles, que também são vítimas desse processo de culpabilização, assumem muitas vezes o papel de acusadores, mas com frequência deixam transparecer em suas falas suas próprias angústias e ambigüidades.

Ao longo do tempo foi possível observarmos que diferentes correntes ideológicas surgiram. Essas mudanças classificaram o problema da aprendizagem de diferentes formas. Até

que ponto o que se entende como problemas de aprendizagem mudou nesses últimos anos? O processo de culpabilização de pessoas seja a criança, os pais ou a professora permanece presente até os dias de hoje? Como culpabilizar algo ou alguém, quando todos são vítimas e sofrem?

Para desenvolver esse estudo, foi preciso traçar objetivos, detectar idéias e indícios de determinadas concepções, com a intenção de apresentar um confronto direto entre as teorias educacionais sobre a aprendizagem e a prática no cotidiano escolar. É este empreendimento que vamos desenvolver neste trabalho monográfico.

### *1.0 Uma breve contextualização histórica*

A sala de aula é um espaço que contém muitas realidades e diferenças capazes de mudar o processo educacional e fazer surgir o respeito aos ritmos de cada aluno. Independente dos motivos difundidos para explicar a ineficiência e a inércia do sistema escolar Gentili (1995) afirma que a “lógica da exclusão” tem se estabelecido em todas as instâncias e que, invariavelmente, esta lógica neoliberal, de forma cômoda e preconceituosa, tem atribuído aos indivíduos a responsabilidade pelo seu fracasso ou sucesso. Esse contexto repleto de significados faz com que os indivíduos passem a acreditar que são incapazes de vencer seus obstáculos e enfrentar suas dificuldades escolares, estão fragilizados e acreditam com facilidade que são os únicos culpados pelo seu insucesso.

Ao longo da história, as dificuldades de aprendizagem tiveram diferentes explicações. No final do século XIX e início do XX eram taxadas como anomalias fisiológicas; o comportamento humano virou objeto de estudos em função do desenvolvimento das ciências médicas, dentre elas a psiquiatria.

Com o passar do tempo, as causas do insucesso escolar passaram a ser atribuídas a desajustes familiares, servindo como justificativa para as dificuldades do aluno, que passa a ser chamado de criança problema. Estas dificuldades eram atribuídas a fatores orgânicos e psicológicos. Nesta época o aluno era o principal responsável pelo seu fracasso.

Por volta da década de 1960 as crianças com dificuldades na aprendizagem eram encaminhadas a médicos e psicólogos, quadro que nos dias de hoje ainda é bastante freqüente. A abordagem psicologizante acreditava que a dificuldade na aprendizagem não seria uma

responsabilidade da escola, mas sim, do indivíduo isto é, o aluno seria o responsável pelo aprendizado mais lento ou pela sua falta, e a resposta para isso estava numa possível deficiência mental, ou em possíveis problemas motores, lingüísticos, afetivos e/ou intelectuais. Alguns testes acreditavam ainda que era preciso um mínimo de maturidade na linguagem, no quociente de inteligência, para que pudesse haver um aprendizado sistemático. Esses estudos indicavam que 6% a 10% dos alunos tinham reais distúrbios de aprendizagem.

Discutiremos, a seguir as explicações para o fracasso escolar pautadas na medicalização, na sociologização e na psicologização.

## *2.0 Preconceitos no cotidiano escolar – Ensino e medicalização*

Dentre algumas concepções apresentadas sobre os problemas de aprendizagem, destacam-se as de características biológicas, muitas vezes usada como justificativa para os altos índices de reprovação e evasão escolar. A medicalização do processo de ensino-aprendizagem funciona, na maioria das vezes, como uma estratégia para transformar as questões sociais em biológicas. A medicalização atribui aos alunos a responsabilidade pelos altos níveis de reprovação e evasão escolar sob as pretensas doenças que impediriam os alunos de aprender

Sabendo que toda ideologia tem como tarefa essencial ocultar as diferenças de classe, de modo a criar condições favoráveis para a manutenção da dominação de uma classe pela outra, podemos dizer que a medicalização é um exemplo concreto capaz de infiltrar no pensamento cotidiano, e mais, no conjunto de juízos provisórios e preconceitos que regem a vida cotidiana. Para a maioria da população, os problemas de saúde constituem enormes barreiras capazes de impedir o aprendizado.

*Com grande freqüência, chegam às unidades de saúde crianças encaminhadas pela escola, por mau rendimento escolar. Geralmente, no encaminhamento já consta o "diagnostico", sendo os mais comuns os de desnutrição e os de distúrbios neurológicos. É comum, ainda, que contenham a solicitação de exames específicos.*  
(COLLARES e MOYSES, 1992, p.15)

A escola, entendida como instituição social concreta, esta permeada de juízos de valores que se constituem dentro de um sistema sócio-político do qual ela faz parte. No entanto, quando estes

juízos de valor são confrontados com o cotidiano escolar, quando são refutados no contato com a realidade concreta, seja através da Ciência, ou mesmo por não encontrar afirmação no espaço familiar, e mesmo assim prevalecem cristalizados, contra todas as argumentações, pode-se dizer que não é mais um juízo de valor, mas podem ser identificados como preconceitos. Pois é a partir deste preconceito que a medicalização do processo de ensino-aprendizagem ganha seus contornos.

Talvez a união de diferentes tipos de problemas não produzam efeitos tão devastadores quanto a exposição dos alunos nas salas de aulas, e que sabemos que acontece em algumas escolas, quando as professoras, já no início da escolaridade, fazem os seus “diagnósticos”, separando as crianças que irão aprender e as que não conseguirão fazê-lo, e, sem se dar conta, anunciam, como um anjo perverso, o futuro fracasso escolar.

*“(...) Na grande maioria, constata-se a normalidade da criança; nesta situação, quando as causas do não aprender não estão centradas na criança, é freqüente que a escola reaja mal ao diagnóstico, não o aceitando e encaminhando a criança a outro serviço, até que se confirme a sua opinião, previamente estabelecida”. (COLLARES e MOYSES, 1992, p.15).*

Os problemas de aprendizagem dentro da instituição escolar são identificados na maioria das vezes por razões biológicas como a desnutrição, problemas neurológicos e outros. Porém tal justificativa ganha maior aceitação entre a sociedade exatamente por ter como explicação um fundamento científico. O cotidiano escolar está repleto de preconceitos sobre os alunos e as famílias. Com freqüência os educadores costumam admitir que as crianças não aprendem por serem pobres, negras e nordestinas ou porque seus pais são analfabetos, alcoólatras e etc. O processo de biologização das questões sociais é um instrumento para mudar o foco das tensões sociais. Contudo a escola como parte integrante desta sociedade procura sua isenção para os problemas de aprendizagem medicalizando seus preconceitos na práxis escolar. Segundo Collares (1992) *“(...) Além disso, crer em pré-conceitos é cômodo porque nos protege de conflitos, porque confirma nossas ações anteriores”. (Heller apud Moyses e Collares, 1992, p.15)*

Embora, muitas vezes a escola responsabilize os altos índices de evasão escolar e reprovação a características biológicas inatas aos alunos, é preciso ressaltar que na maioria dos casos ela se considera completamente distante desse processo, e não poderia ser diferente, já que grande parte dos nossos docentes foi educada a ver crianças com lentes deformadas da

patologização. Se, porém, pretendemos ser agentes efetivos de transformação sociais, sujeitos da história, fica o desafio de sermos capazes de nos infiltrar na vida cotidiana, quebrar seus sistemas de preconceitos e retomar a cotidianidade em outra direção.

Acredito que poderemos desconstruir a falsa idéia de que as crianças e os jovens não aprendem por terem “problemas de saúde”, e apresentar aos educadores as conseqüências deste diagnóstico infundado de doença na formação do autoconceito e da auto-estima. As crianças vão recebendo os rótulos: “dificuldade de aprendizagem”, “dislexia”, “distúrbios”, “disfunções neurológicas”, “desnutrição”, “disfunção cerebral”. Os rótulos variam, mas a conseqüência é a mesma – a imputação à vítima da responsabilidade do fracasso escolar. Será que alguém pode aprender quando se considera incapaz de aprender, ou, melhor, será que alguém consegue fazer qualquer coisa se descrê de si mesmo? Precisamos transformar esse paradigma e refletir que o que acontece nas escolas vem de longe e faz parte da luta que se trava em todos os espaços da sociedade. Não basta somente culpabilizar uma das partes. É preciso questionar constantemente como se origina e se dissemina esse preconceito. Permitindo a convivência e problematização desta questão dentro e fora dos muros escolares, mostrando a todos que este fracasso, não é apenas de cada um, mas de todos.

Para reverter essa tendência, precisamos desenvolver atividades de resgate da auto-estima dessas crianças marcadas por inúmeros fracassos na escolarização, buscando novas práticas que possam colaborar no processo de construção de conhecimento, garantindo novos espaços para participação da comunidade na escola e valorizar a participação em atividades escolares que diversifiquem a experiência de construção de conhecimento.

Quando a escola é questionada com relação aos motivos que supostamente levariam o aluno à evasão escolar, é comum encontramos como respostas à família, o próprio indivíduo e seus problemas de saúde. Não existem dúvidas, ela se coloca apenas como vítima de uma clientela inadequada.

## 2.1 Sociologização

Uma explicação para o fracasso escolar seria a ideologia da “deficiência cultural”, ou seja, a desigualdade social, falta de acesso aos conhecimentos, hábitos, atitudes, interesses, provocariam “desvantagens” e contexto social seria o maior responsável por esse problema.

Segundo Arroyo (1997) este assunto passa a ser aceito a partir de 1970, quando estudiosos americanos afirmam que as dificuldades na aprendizagem estão estreitamente ligadas às péssimas condições de vida da criança. Neste momento, surge a idéia de que o erro não está na criança, mas na escola e nos professores que são incompetentes, desinteressados, mal formados e estão despreparados para lidar com a realidade de seus alunos. Com isto, as crianças que, em um determinado momento eram consideradas incapazes, imaturas deficientes, em outro são apresentadas como normais, vítimas da ineficiência do professor. Sem perceber, reproduz-se um discurso em uma ideologia mantida por preconceitos. Essa análise surgiu na tentativa de renovar e substituir pressupostos já gastos pela análise psicologizante, pois estes estudiosos acreditavam que as crianças não progrediam pela deficiência cultural existente. A pobreza seria a responsável pelo desfavorecimento no desenvolvimento lingüístico, cognitivo e psicomotor destes indivíduos.

Essa teoria acreditava que a carência cultural era sinônimo de falta de inteligência, legitimando a vitória de uma classe elitista, valorizando apenas uma única cultura, esquecendo-se que cada grupo tem o sua própria tradição, e que este é um processo de desenvolvimento social em que cada grupo se identifica, através de comportamentos, valores, costumes e tradições comuns e partilhadas. Por outro lado, sabemos que determinadas culturas não podem ser ingenuamente consideradas apenas “diferentes”, pois se analisarmos as condições concretas de vida das classes menos favorecidas, constataremos facilmente que existe uma desigual exclusão social. Nesse sentido, a política educacional implementada no país, na década de 1990, insere-se num contexto global de amplas transformações econômicas e sociais difundidas pelos arautos do ideário neoliberal, através dos representantes governamentais e dos organismos multilaterais. Esse receituário pragmático, que assolou todos os países capitalistas, tem nos países periféricos o seu *locus* propício para implementação devido à dependência econômica destes países ao capital estrangeiro e, portanto, aos ditames dos interesses internacionais.

Esse novo paradigma político e econômico, alicerçado na globalização da economia, na reestruturação produtiva e na supremacia do mercado, tem fomentado a exclusão social e a pobreza em escala mundial, sentenciando uma parcela enorme da população a condições subumanas de sobrevivência.

Nesse contexto da naturalização e legitimação das desigualdades observamos na atualidade o surgimento de novos excluídos, populações que antes estavam inseridas no mercado de trabalho e que hoje sobrevivem do mercado informal ou autônomo, ou que engrossam as filas de desempregados e aumentam as estatísticas do país.

Segundo Gentili (1995) a educação, paradoxalmente, insere-se nesse contexto como instrumento para tentar viabilizar a inserção do país na era da modernidade, no mundo globalizado e competitivo. O país desde o governo Collor tem definido suas diretrizes políticas para oportunizar a consecução desses objetivos, utilizando a escola como instância essencial para sua operacionalização.

Na década de 1990, as diretrizes educacionais emanadas do governo brasileiro estão alicerçadas no tripé: descentralização, produtividade e equidade, voltadas para “melhorar” a eficiência da escola pública e, conseqüentemente, propiciar o melhor rendimento dos alunos que nela se formam, especialmente porque esta formação está intrinsecamente relacionada com o poder de competição do país no mercado nacional e internacional.

No que concerne à produtividade e equidade, estas são definidas como sinônimo de equalização das oportunidades e qualidade do ensino ministrado, diminuição das diferenças de acesso e permanência, no intuito de proporcionar a todos a mesma oportunidade de inserir-se no mercado de trabalho, como se realmente existisse emprego para todos, não houvesse diferenças de classe, gênero e raça, ou seja, como se não vivêssemos numa sociedade tão excludente e de interesses tão antagônicos.

Alguns fatores intra-escolares foram muito discutidos com o surgimento dos ideais escolanovistas, que, ao criticar a Pedagogia Tradicional, criou várias alternativas na tentativa de inovar o processo ensino-aprendizagem. O aluno passa a ser o centro do ensino; a relação professor-aluno baseada no diálogo; o papel do professor é o de facilitador da aprendizagem; os conteúdos de ensino voltados para os interesses do aluno; o método de ensino baseado no aprender fazendo, ou seja, uma mudança paradigmática na prática pedagógica.

Mas os alunos continuaram e continuam fracassando, o que nos leva a afirmar que medidas isoladas e centradas apenas no processo pedagógico, para combater o fracasso escolar, serão sempre medidas paliativas e insuficientes para resolver os problemas do ensino e da educação. Pois a escola transformou-se num produto histórico, cultural e age e interage numa trama de complexos processos socioculturais. Desta forma estabelece-se um senso comum pedagógico na comunidade escolar, que é amplamente incorporado no imaginário dos protagonistas escolares, de que os alunos de classes populares não aprendem por apresentarem deficiências de toda ordem, psicológicas, culturais e sociais.

Nesse contexto, afirma-se que, apesar das inúmeras explicações, historicamente, construídas para justificar a produção e manutenção do fracasso escolar, há uma grande relação entre a improdutividade da escola e a política educacional fragmentada, implementada no país na última década do século XX. Nesse sentido, Aquino analisa o que ele chama de *patologização da escola*, ou seja,

*[...] pode-se afirmar com certa segurança que a biologização ou psicologização das causas do erro/fracasso do aluno findaram por instaurar um amplo processo de patologização no cotidiano escolar [...] a escola – entendida como instituição social concreta, integrante de um sistema sociopolítico concreto – apresenta-se como vítima de uma clientela inadequada. (1997, p.98).*

Nessa mesma linha, Gentili (1995, 2001) analisa o que ele denominou nos seus livros de “pedagogia da exclusão” e “cidadania negada”, em que a política educacional exclui milhares de indivíduos do sistema escolar e social, na medida em que nega a estes indivíduos o direito de ter acesso à educação qualitativa. A escola seria um espaço que legitima as desigualdades e fomenta o surgimento, cada vez mais, de novos excluídos, ou seja, os que por não terem as devidas “competências” estão fadados à exclusão do mercado de trabalho.

No Brasil, a cultura dominante tenta ignorar, essa desigualdade. Por isso, é comum ouvirmos dizer que aqui não há racismo, mas sim democracia racial, tolerância. Mas curiosamente é o negro que tem menos escolaridade, menos oportunidade, recebe menor salário, encontra menos oportunidade de emprego e não consegue ocupar espaços importantes na sociedade. São eles os reprovados, os repetentes e os que “se evadem”. São eles que vão sendo



“encaminhados” para o anunciado fracasso escolar e preparados também para o futuro fracasso profissional e social. Mas, em contrapartida, são eles também que denunciam o fracasso da sociedade que produz uma escola incapaz de lidar com a diferença. Afinal, uma sociedade excludente não pode produzir uma escola includente.

Por meio de explicações impregnadas de ideologia, as pessoas são levadas a aceitar como lógicas, naturais, apolíticas, as relações de poder dos ricos sobre os pobres, dos homens sobre as mulheres, dos brancos sobre os negros, dos países desenvolvidos sobre os países subdesenvolvidos etc. Tal mecanismo faz com que os indivíduos se mantenham num nível de consciência ingênua acerca da realidade, impossibilitando-os a chegar à verdadeira compreensão dos fenômenos.

*“Ao longo da história da humanidade, nenhuma classe construiu tantos preconceitos como a burguesia. Porque, se até em tão, os sistemas sociais assumiam e até se baseavam na desigualdade entre os homens, como a classe burguesa inicia-se um sistema que se baseia formalmente na igualdade, porém produz inevitavelmente a desigualdade”. (HELLER apud COLLARES e MOYSES 1992, p.22)*

Fica assim evidente que a educação escolar, como qualquer outra forma de educação, é política, pois determina um compromisso ideológico, quase sempre servindo à reprodução da ordem social vigente. Ela tem sido mecanismo útil e eficiente nas mãos da ideologia dominante para, por intermédio da escola, discriminar grandes contingentes de pessoas e favorecer uma minoria. A educação é uma prática social e histórica que produz ideologias, crenças e valores que precisam ser investigados, por isso necessitam de caminhos epistemológicos que dêem conta do estudo dessas ideologias, crenças e valores no sentido de compreender mais profundamente as práticas e processos sociais.

Portanto, é necessário um repensar da educação, não apenas nos seus pressupostos filosóficos, mas também naquilo que constitui o fazer pedagógico, o dia-a-dia na sala de aula. Professores que continuam acreditando que o papel que têm a desempenhar se resumem em conhecer de forma superficial seus alunos, sem interesse em compreendê-los como sujeitos únicos e completos, com suas particularidades, necessidades e desejos e insistindo apenas em difundir uma fatia do seu campo de conhecimento, de forma inquestionável e repetitiva, estão

descompassados com o mundo e praticamente nada têm a oferecer como contribuição à preparação da humanidade para enfrentar os desafios do novo século, na construção de uma ordem social que se faz necessária. ?

Vivemos em uma sociedade bastante etnocêntrica que não aceita a cultura do próximo, apenas valida o interior do seu próprio contexto e não reflete a possibilidade da criação de uma cultura de tolerância que deixe de lado determinados pressupostos e crenças para unir a outros conhecimentos. A educação indígena é um grande exemplo disso, pois, sempre foi vista, e ainda é, como uma educação inferiorizada, preocupada apenas com a caça ou com a formação do índio guerreiro. A diversidade cultural é justamente a maior riqueza do nosso povo e negar a cultura do outro é negar a existência de determinado grupo. Nesse sentido a escola tem um papel fundamental nessa discussão. É necessário que haja uma mudança no comportamento dos educadores, pois segundo Bourdieu (1989) a escola faz parte de um aparelho ideológico do Estado e tende a legitimar determinados padrões, difundir e semear a ideologia que mantém uma minoria prestigiada e detentora do poder como promotora da manutenção do sistema de classes.

Fomos educados a partir de paradigma cartesiano que encaminha o nosso olhar para uma visão única, julgando conhecer sem perceber a multiplicidade e a complexidade da nossa educação. É preciso superar as hierarquizações e as classificações traçadas pela visão cartesiana dominante. Nesse sentido o professor tem uma participação especial no contexto escolar, não basta apenas ver, é preciso observar a realidade e a complexidade dos nossos alunos.

A escola ainda é vista como uma instituição única, que tem como função garantir a todos o acesso ao conjunto de conhecimento acumulados pela nossa sociedade. Esses conhecimentos muitas vezes acabam se transformando em produtos, sem levar em conta o processo de aprendizagem do aluno. Desta forma o processo ensino/aprendizagem ocorre através de uma homogeneidade de ritmos, estratégias e propostas educativas para todos. Independente da origem social, idade ou experiências vivenciadas pelos alunos.

Nos dias de hoje vemos mais pessoas sendo inseridas na escola com diferentes tipos de educação para a formação de diferentes tipos de indivíduos, ou seja, a educação é segmentada e seletiva. Com isso o saber escolar que o indivíduo tem acesso se dá conforme o seu nível social, fazendo com que a escola não integre a mesma possibilidade de acesso para todos. O ideal papel

da escola ao transmitir o seu saber escolar seria o de desempenhar uma função social que não é de igualar os indivíduos, mas a de educar seu olhar para as diferenças.

No decorrer desta história surge o movimento da Escola Nova que prega o acesso a uma educação pública, laica e gratuita, fazendo assim que filhos de camponeses e artesãos possam ter acesso a escola vendo-a como uma possibilidade de ascensão social. Tal fato preocupa a classe dominante que cria uma forma de seleção natural das escolas, surge então os “problemas de aprendizagem”. Estabelecendo-se como problema hereditário, poderia eliminar não só o aluno, mas também todos os seus descendentes, ou seja, surge o jargão: “não é a escola que serve para o aluno, o aluno que não serve para a escola”. (Nova Escola, 2000)

Curiosamente os problemas de aprendizagem tomam maior dimensão nas classes populares, e nesse sentido Silva (1998) afirma que a pedagogia para o amanhã não está em mudar o discurso ou diagnosticar este ou aquele problema, mesmo porque o professor tem que reconhecer que muitas das vezes o problema pode ser também de ensino, afinal além de não ser dono do saber ele é um ser humano. O educador que pensa no ensino de forma transformadora reconhece que o saber não é uma coisa pronta e cristalizada como é passada na forma de conteúdos pela escola, e sim algo a ser construído.

Sabendo que a educação está presente em todos os lugares, podemos dizer que o ponto central desta discussão está no fato que não há um modelo único de educação. Através dos nossos múltiplos olhares estaremos contribuindo para o surgimento de um ser humano autônomo e livre.

É nessa perspectiva que nos interessam esses fatores político-ideológicos, na medida em que nos permite desvelar as reais intenções e os verdadeiros propósitos da nova estratégia capitalista via educação. Como a educação, via de regra, tem contribuído para a hegemonização dessas idéias liberalizantes, e como essas idéias têm adquirido status de “consenso” no pensamento pedagógico brasileiro, ~~com as~~ <sup>ações</sup> sendo desenvolvidas nas escolas sem que haja posições contra-hegemônicas.

Nesse contexto, deve-se considerar que essa realidade, para ser apreendida em sua totalidade, deve ser analisada como uma construção histórica, com a participação de sujeitos históricos, e que retrata a concepção hegemônica de um determinado grupo. É nessa relação dialética entre totalidade e contradição que o fracasso escolar, no Brasil, poderá ser apreendido,

superando a percepção imediata e empirista da realidade e apreendendo a “coisa em si”, que não se manifesta imediatamente ao homem.

## ***2.2. Psicologização***

Segundo Collares e Moyses (1992) a psicologização dos problemas de aprendizagem podem ter por base problemas emocionais, problemas de saúde (déficit auditivo, déficit visual e etc...) uma inadaptação ao método pedagógico ou ainda possível falhas no processo de alfabetização, causado por má prática pedagógica, ou seja, pela má formação do professor.

Existem dezenas de explicações possíveis para o fracasso escolar, uma delas seria a “ideologia do dom” baseada em uma pseudodemocracia, onde caberia ao Estado apenas oferecer meios para desenvolvimento igualitário da população. Futuramente, caso essas pessoas não conseguissem alcançar um bom desenvolvimento, estaria comprovado a falta de aptidão, talento e inteligência de cada uma delas.

A partir dessa influência da psicologia na educação, consolida-se no espaço escolar o famoso teste de Quociente Intelectual (QI), elaborados por Binet no início do século XX e que até pouco tempo eram utilizados nos meios educacionais para medir a inteligência dos alunos e selavam “o destino de grandes contingentes de crianças, na Europa e na América” (PATTO, 1990, p.43).

A aplicação de testes de QI encontrou suporte, também, nas concepções deterministas que compreendem o caráter fixo da inteligência e do desenvolvimento humano. Na verdade, não se levou em conta que a padronização desses testes privilegiam as camadas mais favorecidas economicamente, devido à estreita relação entre a vivência e oportunidades sociais desses indivíduos e o próprio modelo dos testes.

## ***2.3 Discurso psicológico e práticas pedagógicas.***

Quanto à influência social, econômica e cultural, segundo Soares (1994), a afirmação de que a todo indivíduo era dado à mesma oportunidade, e que o sucesso dependia de cada

indivíduo, através do talento e da aptidão, viabilizou o surgimento do que a autora denominou “ideologia do dom”, “ideologia das diferenças culturais” e “ideologia da deficiência cultural”.

Nesta perspectiva, ao disseminar a ideologia do dom, retirou-se da escola a responsabilidade pelo desempenho escolar dos alunos, pois as causas estavam na falta de condições básicas para a aprendizagem. Este período ficou marcado pela adoção de testes, escalas, provas, que, segundo os psicólogos, tinham a capacidade de mensurar as aptidões intelectuais e a prontidão para a aprendizagem dos alunos. Nas palavras de Soares (1994, p.11), “...não é a escola que se volta contra o povo, é este que se volta contra a escola, por não responder adequadamente às oportunidades que lhe são oferecidas”.

Quanto às ideologias das diferenças culturais e da deficiência cultural, foram difundidas, afirmando que no mundo existiam diferenças culturais e que algumas eram consideradas culturas hegemônicas e outras denominadas subculturas. Termos como “grupos culturalmente deficientes” ou “grupos privados de cultura” constituiu-se em discurso ideológico na sustentação das bases materiais para a organização capitalista da sociedade. Neste período, observou-se a marginalização cultural dos indivíduos, que anteriormente eram discriminados por questões orgânicas (teorias racistas da supremacia da raça), agora excluídas por conta da sua diversidade cultural. O indivíduo fracassava na escola porque tinha déficit sócio-cultural ou porque pertencia a uma cultura considerada subalterna.

Nesse contexto, analisa Soares (1994, p.15), a escola, como instituição a serviço da sociedade capitalista, assume e valoriza a cultura das classes dominantes, assim, “o aluno proveniente das classes dominadas nela encontra padrões culturais que não são os seus e que são apresentados como ‘certos’, enquanto os seus próprios padrões são ou ignorados como inexistentes, ou desprezados como ‘errados’. O aluno fracassa porque é diferente”. ARROYO (apud ABRAMOWICZ, 1997, p. 13),

*[...] a cultura da exclusão social está materializada na organização e na estrutura do sistema escolar. Ele está estruturado para excluir. A cultura do fracasso, tão presente em nosso sistema escolar, não está apenas no elitismo de alguns diretores, especialistas ou professores, nem sequer na rigidez das avaliações. Assim como a contracultura do sucesso não será construída com a boa vontade de superar o elitismo ou a rigidez. Estamos sugerindo que essa cultura se materializou ao longo da década na própria organização da escola e do processo de ensino. No próprio sistema. Aí radica sua força*

*e persistência, desafiando a competência dos mestres e dos administradores mais progressistas.” (ARROYO apud ABRAMOWICZ, 1997, p. 10).*

A partir das pesquisas na área de aprendizagem, (Mool, 1996) algumas explicações foram contrapostas, identificando como perversas e depreciadoras da capacidade cognitiva das camadas populares. Além de dissimuladora de uma compreensão social mais injusta. Pensar sob esta ótica, retira da escola algumas das suas responsabilidades reais, depositando todas as dificuldades no aluno. É preciso que tenhamos um comportamento mais investigativo, estejamos atentos à família deste aluno, as amizades, e as falhas do sistema educacional em que ele está inserido.

Ao sofrer constantes discriminações, essas crianças perdem a confiança em si própria o que gera uma baixa auto-estima. Talvez, este seja o maior e o mais comum dos problemas emocionais, que a criança enfrenta para desenvolver-se satisfatoriamente, desencadeando frustrações, preconceitos e sentimentos de incapacidade, que pode levar ainda ao surgimento de uma baixa auto-estima. Os problemas se acentuam, na medida em que se associam a “má formação” dos profissionais nas universidades e a “má informação” de pais e outros educadores nas instituições educacionais de um modo geral. Os pais e os educadores, por desconhecerem as causas da falta de “motivação” e do “desinteresse” do aluno fazem um julgamento incorreto e precipitado a respeito dessa situação. Os pais passam a condenar a escola cobrando respostas e resultados imediatos, e a escola, por sua vez, acusa os pais de negligência, omissão e/ou conivência. A partir desse momento, as discriminações e os rótulos começam a surgir dando origem a uma seqüência de bloqueios, que marcam e transformam em sérios transtornos a vida desses alunos. A Escola por não estar preparada ainda, passa a ser um lugar de acúmulo de frustrações para eles, que temem as perguntas e os comentários desagradáveis dos professores e pelos demais colegas. Podemos dizer que é uma forma de exclusão (des) humana! ?

É hora de se rever os papéis de todos na educação brasileira. Se nas escolas encontramos profissionais com pouco conhecimento para educar com qualidade, eficiência e respeito, capazes de identificar, compreender e trabalhar a aprendizagem dentro da própria escola é porque alguém não está exercendo bem seu papel, nem sua função. Esta é uma questão que exige uma certa reflexão por parte de cada instituição, levando em consideração, que para um trabalho dessa natureza acontecer, satisfatoriamente, exige-se algumas condições básicas, como: tempo, etapas

didáticas e situações apropriadas para o acolhimento dessas "especificidades". Determinadas instituições, no entanto, preferem, na maioria das vezes, esperar que o aluno seja capaz de se adequar à forma tradicional de ensino, ou simplesmente, que a família assuma o problema e resolva-o fora da escola! Dentro desse quadro, esse aluno, com dificuldades de aprendizagem, "certamente" permanecerá no mesmo nível de aprendizagem caso não receba, de seu professor, alguma orientação específica <sup>para</sup> às suas necessidades acadêmicas... Por sua vez, esse professor, também não terá condições de orientá-lo se desconhecer os devidos procedimentos a serem adotados, a fim de que essas dificuldades sejam superadas. A falta desse apoio "poderá" levá-lo ao acúmulo de frustrações que conseqüentemente, causará sérios prejuízos à vida acadêmica, social e afetiva de qualquer aluno.

É claro que investimentos "unicamente", na qualificação do professor, não resolvem, de imediato, todos os problemas na educação, mas por certo, minimizará o sofrimento daqueles que são discriminados, dia após dia, em nossas salas de aula. Sabemos, por outro lado, que muitas escolas, ainda, não oferecem condições satisfatórias para o desenvolvimento de um "trabalho específico" que atenda às dificuldades de cada aluno. Capacitar seu professor, tomando por base os quatro pilares da Educação: Aprender a conhecer... Aprender a fazer... Aprender a conviver... e Aprender a ser... , já é um bom começo para "se chegar" a uma boa Escola. É preciso observar "as necessidades" dessa nova geração! Faz-se necessário na prática do educador a tarefa de ensinar o aluno a pensar. Modificar procedimentos em sala de aula é medida urgente e necessária, haja vista que estas medidas atenderão as necessidades de todos os alunos de uma sala. Não apenas os chamados "diferentes" serão beneficiados. Vale lembrar, que aprender é um direito de todos os alunos, e não apenas dos que possam, potencialmente, ser os bem sucedidos!

Receber alunos com dificuldades, sem que se queira modificar nada do que já se tem, significa contribuir para o seu insucesso escolar, com a agravante de um quadro futuro, de insatisfações e ansiedades, que por certo começará a existir, na medida em que sua aprendizagem se mostrar visivelmente defasada em relação aos demais alunos de sua faixa etária e/ou de sala de aula. Temos que perceber, que, os alunos que apresentam, desde cedo, quadros de "resistência à aprendizagem" durante sua vida acadêmica, na verdade, podem ser encobertos em um leque de dificuldades específicas que os impedem de aprender da mesma forma que os demais! E isso, por si só, já é um importante indício a ser investigado.

As dificuldades devem ser interpretadas pelos educadores, não como fracassos, mas como desafios a enfrentar. Fazem parte da Aprendizagem, as Dificuldades de Aprendizagem. Algumas dessas dificuldades existem na vida de alguns alunos, independente da sua vontade ou de seus pais. Esforçar-se, não é suficiente... Ninguém deseja ter dificuldades... Mas elas existem e não podem simplesmente, ser ignoradas, tendo em vista os sérios transtornos que causam, não só ao próprio aluno, mas a seus familiares também. Precisamos lembrar que, se uma criança/adolescente passa grande parte de sua vida na "escola" é justo que seja, no mínimo, um espaço de prazer, e não de insatisfação. A Escola não deve conter a significação de campo de concentração!

Quando o método tradicional de aprendizagem não atende às necessidades acadêmicas do aluno, falta ao educador, a informação específica que o tornará capaz de diagnosticar uma situação problema. Tentar resolvê-lo supondo ser preguiça, lentidão, "simples" falta de atenção ou de interesse, estará certamente contribuindo para que este aluno perca sua primeira chance de ter suas dificuldades "assistidas e trabalhadas", dentro do próprio sistema educacional, que é onde se espera a competência para o *diagnóstico* precoce das dificuldades pertinentes à aprendizagem, pertinentes, portanto à escola. Se o educador não possui a informação específica para identificar, no seu espaço de sala de aula, alunos que apresentem indícios de alguma dificuldade acadêmica significa dizer que este educador também não terá condições de avaliá-los, tendo em vista que a avaliação é um processo contínuo e permanente do desenvolvimento das competências e habilidades de cada aluno, observando-se as condições de aprendizagem que se dão antes, durante e depois da execução de cada atividade. Isso nos leva a crer que o "desconhecimento de algumas Dificuldades de Aprendizagem por parte do educador", induzirá este educador, fatalmente, a uma avaliação falha, na medida em que julga e, ao mesmo tempo, condena este aluno apenas por seus erros, desconsiderando as suas dificuldades, e as possibilidades de desenvolvimento do seu potencial cognitivo, entendendo-o como um *ser o que aprende diferente...mas aprende!* O aluno, diante disso, vê a avaliação não como um processo do seu desenvolvimento, mas como um "instrumento" que serve, apenas, para julgá-lo e nunca para ajudá-lo.

Se o aprendizado não acontece no contexto escolar, trata-se, no mínimo, de um duplo fracasso: o fracasso do aluno, que falhou por não ter sido atendido em suas dificuldades, e o



fracasso do professor, que não conseguiu interpretar os constantes e repetitivos erros deste aluno como indício de prováveis dificuldades específicas da aprendizagem escolar! Instruir o professor a interpretar os erros dos alunos, já é um grande conquista na construção do aprendizado de todos os alunos. É importante que a escola elabore, como objetivo prioritário, em sua proposta pedagógica, uma forma de diagnosticar os problemas provenientes do processo de aprendizagem, assim como, um plano de ação para se atingir esse objetivo. Faz-se necessário construir práticas pedagógicas que considerem as necessidades dos alunos, assim como todas as suas possibilidades de aprendizagem, criando condições e dando-lhes autonomia suficiente, para que aprendam umas com as outras, e também com seus próprios erros, sem medos, preconceitos ou discriminações. Caso contrário, a escola será sempre um lugar sem os atrativos que proporcionam o prazer e, fatalmente, logo será rejeitada; reprimindo seus sentimentos, o aluno apresentará comportamentos que poderão explodir sob diferentes formas, atingindo seu ápice na evasão escolar.

A aprendizagem, no ensino tradicional, em relação à forma que o conteúdo é abordado, ainda é imposta e não mediada, no espaço de sala de aula, o que sugere, algumas vezes, um clima de tensão e, de certa forma de "violência" para aprender, travando-se indiretamente e inconscientemente "um duelo" entre aquele que sabe e impõe e aquele que obedece e se revolta., ensinar, dentre tantas coisas mais...

*"Ensinar dentre outras coisas exige querer bem aos educandos. Não é certo, sobretudo, do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante, e "cinzento" me ponha nas minhas relações com os alunos.. É importante dizer que não aprendemos de qualquer um, aprendemos daquele a quem outorgamos a confiança e o direito de nos ensinar...".*

*(FREIRE, 1999, p. 65).*

Contudo, não é justo "responsabilizar" tão somente os educadores dos diversos seguimentos de ensino, por todos os resultados negativos, sem levar em conta, a falta das condições básicas de trabalho e de uma maior e melhor valorização da profissão do educador.

Acredito, porém, que só uma "grande mudança" nas propostas curriculares dos cursos de formação, poderá resgatar a verdadeira essência do ser educador, garantindo um melhor preparo por meio de capacitações, incentivando a pesquisar, para que na prática possa enfrentar as

possíveis situações-problema, com competência necessária para reconhecer as prováveis dificuldades de aprendizagem, desenvolvidas dentro e/ou fora da escola, para que dessa forma, possam ajudar tanto aos aprendizes, em suas necessidades escolares, quanto aos seus familiares, garantindo-lhes o direito a informação e ao apoio, indispensáveis ao bom desenvolvimento das relações familiares, assim como a orientação e o encaminhamento aos locais com atendimento especializado, quando necessário.

Mais do que avaliar provas e dar notas, é preciso ouvir os apelos silenciosos que ecoam na alma do educando.

### ***3.0 O fracasso escolar hoje. Velhos problemas, novos olhares.***

A nosso ver o fracasso escolar é uma dura realidade com a qual convivemos há muitas décadas. Segundo Patto (2000) este mito é resultado de distorções conceituais e generalizações indevidas, baseados muito mais em estereótipos do que em estudos pautados em critérios teórico-metodológicos. Pelo fato de não conseguirem dar conta destas “crianças problemas” e por desconhecerem os hábitos das classes populares, os educadores acabam por preencher esta lacuna com suposições fundadas em preconceitos. É necessário que desmistifiquemos as causas externas desse fracasso escolar, e que tenhamos a clareza dos fatores que as determinam e as articulam. Essa trajetória nos conduziria, por vezes, a relativizar e até mesmo a inverter muitas das formas de se compreender este fracasso, dentre as quais poderíamos caracterizar a repetência e a evasão escolar como um dos “problemas de aprendizagem”.

Algumas pesquisas acreditam que causas externas como a desorganização familiar também é responsável pelo fracasso escolar. Esta desorganização resulta na maioria das vezes de processos migratórios que rompem com a organização familiar de origem. São partes do esquema de sobrevivência dessas populações, que se mantêm pela dependência afetiva, estabelecendo um sistema de troca de serviços e de recursos financeiros, alicerçados na consciência da pobreza e na prática da solidariedade.

Os motivos apontados pelos educadores para explicar problemas como as reprovações podem ser: de origem familiar, do sistema escolar, das condições sociais e por último o próprio professor. Muitos declaram que se sentem muito mal quando seus alunos são reprovados, embora

usem diferentes estratégias para evitar o fracasso escolar, como, por exemplo, conversar com os pais, com os alunos, fazer revisões das matérias e avaliações contínuas.

Contudo, é importante enfatizar a necessidade da escola romper com a lógica do fracasso escolar, partindo de um confronto de idéias do que vem a ser um aluno com sucesso ou com fracasso na escola e, mais ainda, o conceito do que significa a aprendizagem para os professores. Nesse sentido, é importante que todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, passem a ver o que parece ser “natural” como algo passível de ser transformado no cotidiano da vida escolar. Vale a pena ressaltar que não cabe mais ‘responsabilizar’ a escola e os professores ou os alunos entre as práticas pedagógicas e as estruturas políticas e ideológicas que as sustentam. O sistema escolar, apesar de todas as discussões teóricas e evidências empíricas ainda contribuem nos dias de hoje para a manutenção do fracasso escolar. Sendo incapaz de lidar com as diferenças culturais, naturalizando o fracasso escolar e cristalizando a concepção de que as dificuldades de aprendizagem escolar da criança pobre decorrem de suas condições de vida. A valorização das atitudes do aluno em sala de aula, como um elemento chave da avaliação da aprendizagem sem que os conteúdos e atividades sejam questionados revela uma escola cuja principal função continua sendo a de domesticar mentes e corpos. Como educadores não podemos compactuar com essa situação, é preciso questionar o nosso papel diante deste quadro estável, é necessário que possamos estimular o envolvimento de todos, não só apontando caminhos, mas também orientando a maneira de trilhá-los e monitorando os rumos que estão sendo seguidos. Lembrando sempre que qualquer ensino de qualidade tem como objetivo principal fazer pensar, estimular o estudante a problematizar, a dar os primeiros passos na procura pelo conhecimento. Trata-se de estimular os estudantes a pensar por si, a inovar, a pensar criticamente, a ganhar autonomia intelectual aos poucos. Ao professor compete saber distinguir claramente os elementos centrais e fundamentais de cada área a lecionar, tendo em conta que é necessário espaço para o estudante refletir, amadurecer idéias.

Infelizmente neste percurso muitos acabam desistindo por não entenderem a lógica deste ensino excludente. As doutrinas educacionais se resumem na maioria das vezes a estudos muito teóricos e abstratos sobre o ensino, que acabam por se revelar inaplicáveis na prática, sobretudo ao nível da avaliação.

---

A classe social dos pais e sua relação com o desempenho escolar dos filhos, também podem ser um indicador que dificulta a ajuda aos seus filhos nos estudos em geral, já que em nosso país, existe um grande número de pessoas analfabetas que não se sentem seguras para auxiliar seus filhos na tarefa escolar. Com as transformações sociais ocorridas na sociedade e dentro da instituição familiar, tem sido cada vez mais freqüente as ausências por parte dela nas escolas, poucos são os casos em que os pais compartilham a responsabilidade sobre a vida escolar de seus filhos, mesmo sabendo que este envolvimento pode influenciar de modo efetivo o desenvolvimento escolar de seus filhos. Tal afirmação pode ser constatada dada a crescente procura da escola por respostas medicalizantes. Pediatras, neurologistas, psicólogos e psiquiatras, sejam nos ambulatórios públicos, nas clínicas ou nos consultórios privados, é válido interrogar se o fracasso escolar pode ser considerado como uma patologia de nossa atualidade. São duas as vertentes que esta pergunta assume: por um lado, a revelação de um mal-estar associado a alguma característica de nossa contemporaneidade e por outro, como uma doença propriamente dita, que se manifesta como um sintoma da criança que chega à clínica. É evidente que o problema da escolaridade adquire um papel e uma função bastante distinta em uma sociedade cada vez mais tecnicista. Nas últimas décadas, assistimos a imposição de uma nova e diferente realidade para a sobrevivência econômica dos indivíduos, forçados a atualizações constantes, graças aos progressos técnicos e científicos. Acrescenta-se, ainda, o problema crescente do desemprego que só piora as dificuldades de inserção de indivíduos excluídos do processo de escolarização. É válido afirmar, que “ser bem-sucedido na escola é ter a perspectiva de ter, mais tarde, uma bela situação, de ter acesso”, portanto, ao consumo de “bens”. Significa também “ser alguém”, ser considerado, respeitado. O sucesso, contraposto ao fracasso refere-se a um julgamento de valor, circunscrito pela função de um ideal.

Na busca pelo sucesso escolar a tríade *professor-aluno-família* torna-se de fundamental importância no desenvolvimento escolar já que através do diálogo entre a família e a escola é possível manter um equilíbrio no desempenho escolar do aluno, pois é na família que se enfatiza as regras, os valores, os sentimentos e as expectativas.

Considerando os críticos reflexos com que o fracasso escolar tem marcado a trajetória de muitos alunos, o presente estudo procura conhecer a outra face, ou seja, a viabilidade do sucesso escolar em outras de crianças. Embora a legislação tenha o intuito de garantir o direito à educação

básica, a realidade e a literatura têm mostrado que a escola ainda não tem cumprido seu papel de universalização do saber, nem o sistema tem garantido a democratização do ensino. O sucesso escolar pode passar por diferentes vertentes, desde a professora, através de suas concepções e percepções sobre formação, experiências profissionais no processo ensino-aprendizagem, trabalho em sala de aula, organização, seleção dos conteúdos escolares até sua relação com os alunos. A resposta para essas questões está na maioria das vezes na sensibilidade do professor através de alguns procedimentos utilizados na sala de aula em que ele procura adequar o controle de classe às necessidades e especificidades dos alunos. A melhoria desse processo envolve, entre outros fatores, o diálogo com os alunos e consigo mesmo, de modo que o professor faça constantemente uma reflexão crítica sobre sua atuação e procure formas para adequá-la às necessidades do contexto em que atua. Além disso, as aplicações das novas metodologias são importantes para melhorar o desempenho de nossos alunos no aprendizado escolar. As novas práticas de ensino têm muito a enriquecer o dia-a-dia da escola. Quando o aluno percebe que será ouvido, sente que faz parte do processo educativo, tornando-se mais fácil motivá-lo, fazendo dele nosso interlocutor, trocando idéias de verdade. Este já deveria ser um hábito rotineiro do professor, que é também um aprendiz em sua prática diária. O afeto é uma das melhores formas de chegarmos a um bom resultado. Palavras de encorajamento e de apoio só fazem melhorar o desempenho de nossos alunos. A mudança tem que partir do profissional de ensino: ele é o elemento mais capaz de desencadear este processo. Um dos grandes problemas da educação é exatamente a postura do professor, ele está tão acostumado a questionar o desempenho do aluno que esquece-se de refletir sobre ele próprio. Os professores listam inúmeras razões para o fraco desempenho dos alunos, ainda mais quando o aluno provém de classes menos favorecidas economicamente e não tem acesso fácil a esse processo educativo.

#### *4.0 Conclusões*

A reflexão feita neste trabalho permitiu concluir que grande parte dos educadores acredita que a representação do “fracasso escolar” está relacionada à repetência e à evasão, e que se reconstitui como um processo claramente relacionado ao desinteresse e à dificuldade de

aprendizagem do aluno, aliados à falta de apoio familiar que, por sua vez, aliada ao número crescente de faltas e à ausência de perspectivas, leva à evasão.

A culpabilização do aluno e de sua família pelo “fracasso escolar” não é novidade, uma vez que tem sido apontada em inúmeros estudos. As mazelas associadas à ignorância, o ambiente desfavorável a que as crianças estão expostas, bem como a ausência de disponibilidade dos pais para cumprir suas funções tradicionais dificultam o aprendizado.

No entanto, embora continuem a apontar o desinteresse dos alunos e a falta de apoio das famílias, como principais determinantes do “fracasso escolar”, em outros momentos podemos afirmar que o desinteresse é, em grande parte, provocado pela incapacidade da escola para atender às necessidades dos alunos, as quais são cada vez maiores, não apenas em função da fragilidade da família, mas também pelas demandas de um mercado de trabalho cada vez mais exigente, para o qual os alunos dificilmente estarão preparados.

Diante deste cenário, sentimos que a escola, para sobreviver a essa nova realidade, precisará mudar radicalmente seu discurso, porém não parece saber como. Consideramos também que as freqüentes mudanças operadas pelo sistema escolar, ao invés de ajudar, dificultam e desqualificam, ainda mais, o trabalho dos educadores, impondo, de cima para baixo, “pacotes” que não respondem às necessidades nem dos educadores nem dos alunos.

Dentre estes “pacotes” se destaca o *sistema de ciclos* recentemente estabelecido por algumas Secretarias de Educação, o qual, visto como “promoção automática”, evidencia claramente a ambigüidade verificada no que tange à repetência. Se, por um lado, acreditamos nas conseqüências negativas da reprovação, por outro, não concordamos com a idéia da aprovação automática. O que nos preocupa é o fato de que, uma grande parte dos professores, parecem acreditar que o “fracasso escolar” escapa ao seu controle, o que significa que eles se consideram impotentes para mudar esta situação. Nas representações descritas, é possível afirmar que os professores principalmente aqueles mais velhos, acostumados a uma outra escola e a uma outra clientela, parecem precisar de capacitações na área de educação.

Concluindo, alguns professores continuam tendo como padrão de aluno ideal, o aluno da escola privada, isto é, o aluno das classes economicamente privilegiadas, que aparentemente apresentam problemas fáceis de ser contornados, já que possuem um aparato de profissionais prontos para auxiliá-los nesta caminhada. Por outro lado, conforme DONADUZZI (2004) uma

grande maioria não possui oportunidades de pagar por estes tratamentos individuais, fica claro que os professores precisarão alterar radicalmente suas práticas, entendendo que a seletividade e a exclusão no interior da escola já não cabem mais. Adotando processos de planejamento e trabalho coletivo, inclusive de avaliação, alterando, também, as formas de se conceber e organizar o currículo.

A nosso ver o fracasso escolar é uma dura realidade com a qual convivemos há muitas décadas, porém, é um mito, muito bem engendrado, o fato de não conseguirmos dar conta dele. É necessário que desmistifiquemos as "famosas" causas externas desse fracasso escolar, pela articulação destas àquelas existentes no próprio âmbito escolar, e que tenhamos clareza dos fatores que as determinam e as articulam.

Essa trajetória nos conduziria, por vezes, a relativizar e até mesmo a inverter muitas das formas de se compreender este fracasso, dentre as quais poderíamos exemplificar a atual caracterização do fracasso escolar como "problemas de aprendizagem" e que deveria, nesta perspectiva, se configurar também e talvez, principalmente, como "problemas de ensinagem", que não se produzem exclusivamente dentro da sala de aula. Devemos continuar falando em fracasso escolar como até hoje se tem feito ou assumi-lo como problema social e politicamente produzido?

Os programas adotados para combater o fracasso escolar não têm conseguido solucionar as enormes disparidades entre o que é proposto pelo governo e as necessidades ou dificuldades da comunidade escolar. A falta de participação dos agentes pedagógicos (diretor, professor, técnico) no desenho das ações educativas tem contribuído para que estas não desencadeiem uma verdadeira revolução epistemológica, que transforme a mentalidade, a prática e o papel social das instituições escolares. Os programas elaborados podem até ser bem-intencionados, mas, na maioria das vezes, por não conhecerem *in loco* a realidade da escola, criam anacronismos e resistências por parte daqueles que efetivamente operacionalizam essas ações.

Nesse sentido, esses programas, que são concebidos como políticas de inclusão social, passam a representar justamente o contrário, ou seja, criam dentro das escolas posturas discriminatórias e preconceituosas por parte da própria comunidade escolar. Criam-se ações paralelas ao sistema regular de ensino, como é o caso dos programas de correção de fluxo escolar, em que os alunos são rejeitados enquanto estão nas classes de aceleração e depois

quando são promovidos para as séries seguintes. Esse programa e muitos outros são concebidos pelos professores e diretores como ação externa, e não como uma atividade normal da escola. Compreende-se que a verdadeira política de educação deve nascer das reflexões advindas dos segmentos organizados da escola, os que estão no dia-a-dia fazendo educação, participando da vida dos alunos, de seus anseios, dificuldades e sonhos. Essa política de educação nascida dessas reflexões e do estabelecimento dos projetos políticos pedagógicos nas escolas, pode com certeza ensejar mudanças substanciais na educação.

Para tanto, é *conditio sine qua non* que os professores tenham clareza do seu papel social, percebam-se enquanto sujeitos históricos, capazes de transformar a realidade. Reconheçam o seu papel mediador na educação, o que numa perspectiva dialética, significa compreender que a educação, numa sociedade de classes, situa-se “entre as duas classes como momento de mascaramento/desmascaramento da mesma relação existente entre as classes” (CURY, 2000, p.64).

Nesse sentido, a educação, da mesma forma que oculta, torna-se instrumento de acumulação e camufla as relações sociais, dando “uma aparência una ao que é diverso”, ela também funciona como mecanismo de afloração da consciência, “corroborando a permanência e/ou uma forma de ação que conduza à transformação social”.

Nessa busca de novas relações, em que não prevaleçam ações autocráticas, tem papel primordial o educador comprometido, consciente e conhecedor da importância do seu papel enquanto intelectual, percebendo que, através de sua práxis, pode mudar destinos, pois, segundo Gramsci. A superação da fragmentação da política educacional e do fracasso escolar passa necessariamente pela vontade política de colocar a educação a serviço do indivíduo e, pela tomada de consciência dos educadores sobre a importância de seu papel social, utilizando a seu favor o maior e mais eficaz instrumento de transformação, o conhecimento. (MAMEDE apud GRAMSCI, 1999 - CD-ROM)

Essa percepção da importância do potencial criador e transformador do educador, enquanto sujeito revolucionário, longe de ser utópica, vem da convicção de que, somente através da emancipação das mentalidades estabeleceremos na atualidade, uma sociedade mais questionadora, desalienada e cônica que ainda é possível estabelecer paradigmas diferentes dos difundidos pelos arautos da pós-modernidade.

---



**BIBLIOGRAFIA**

- ABRAMOWICZ, Anete.(Org.) **Para além do fracasso escolar**. Campinas: Papirus,1997.  
Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico
- AQUINO, Júlio Gropper (Org.) **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**.  
São Paulo: Summus, 1997.
- ARROYO, Miguel G. **Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da  
educação básica**. IN: ABRAMOWICZ, Anete; MOLL, Jacqueline (Org.) Para além do fracasso  
escolar. Campinas: Papirus, 1997, p. 11-26.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico** – Lisboa, 1989, p. 16.
- CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 2000.
- DONADUZZI, Anelise. CORDEIRO, Maria Helena. **Os diferentes significados da  
aprendizagem escolar na representação social do bom aluno**. Disponível em: [www.  
anped.org.br](http://www.anped.org.br)
- GENTILI, Pablo (Org) **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo na educação**. Rio de  
Janeiro: Vozes Editora,1995
- MAMEDE, Maria Aparecida. Rio de Janeiro. **Aprendendo aprendizagem**. - PUC-RIO –1999;  
CD-ROM.
- NOVA ESCOLA. São Paulo: Ed. Abril, 2000.
- PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T.A.Queiroz, 1990.
- SILVA, da Marcelo Soares Pereira; MELLO de Flávia Carvalho Malta. **Políticas para  
Enfrentamento do fracasso escolar**. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)
- SILVA, Maria Cecília Almeida. **Psicopedagogia: em busca de uma fundamentação teórica**.  
Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira 1998.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1994.
-



UNI-RIO

Universidade do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA  
DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A) : Sebastiana Maria Pereira Gusmão

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : O que há por trás  
dos problemas de aprendizagem?

ORIENTADOR : Dayse Hoka

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador : Professor convidado

Professor: SANDRA ALBERNAZ DE MEDEIROS

Nota : 7,0 (sete)

Considerações Finais:

A Sebastiana apresenta um balanço das tendências que refletem momentos históricos da Educação. No entanto parece-me que mostrou-se numa posição um tanto maniqueísta apontando um "algoz" e uma "vítima". Atualmente seria a Universidade o "algoz", que não tem sido capaz de preparar competentemente o professor. A "psicologização" ou a "sociologização" são interpretações possíveis no campo desta discussão.

Indiretamente apresenta e discute uma questão sensível e polémica: a relação professor-aluno e deixa de lado a questão do estabelecimento escolar. Sem dúvida, o fracasso ou o sucesso escolar continuam como questões polémicas e fontes de muitas reflexões em todas as Ciências Humanas.

André

Segundo avaliador : Professor orientador

Professor : Dayse Martins Hora

Nota: 7,0 (sete)

**Considerações Finais:**

A aluna fez um levantamento da literatura sobre o fracasso escolar, com limitações diante das condições materiais de realização do trabalho, principalmente disponibilidade de tempo. Entretanto, seu esforço empreendido neste momento poderá ser resgatado em outras oportunidades futuras de investigação.

Dayse Martins Hora

Terceiro avaliador :

Professor da disciplina Monografia II

Professor: Ligia Maretha

Nota : 9,0

**Considerações Finais:**

*Quando ao aspecto formal, o trabalho está bem.  
É preciso melhorar algumas indicações em relação à ABNT.*

*LM*

**RESULTADO FINAL**

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota final
				<i>sete e sete</i>
<i>7,0</i>	<i>7,0</i>	<i>9,0</i>	<i>23,0</i>	<i>7,7</i>

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2004

*LM*